

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA DESTINADA A EVITAR
A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM
MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da Hungria,

Desejando concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda;

E ainda desenvolver e facilitar as suas relações econômicas;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

Pessoas visadas

A presente Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO II

Impostos visados

1. Os impostos aos quais se aplica a presente Convenção são:

a) no caso do Brasil:

- o imposto federal sobre a renda, com exclusão do imposto suplementar de renda e do imposto sobre atividades de menor importância;
(doravante referido como "imposto brasileiro");

b) no caso da República Popular da Hungria:

- i) os impostos sobre a renda;

- ii) os impostos sobre o lucro;
- iii) o imposto especial de sociedades;
- iv) a contribuição para o desenvolvimento comunal da população cobrada com base nos impostos sobre a renda;
- v) a contribuição da cidade e da comunidade;
- vi) o imposto sobre distribuição de dividendos e lucros de sociedades comerciais.
(doravante referidos como "imposto húngaro").

2. A Convenção aplica-se também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente semelhantes que forem introduzidos após a data da sua assinatura, seja em adição aos impostos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados notificar-se-ão mutuamente de quaisquer modificações significativas que tenham ocorrido em suas respectivas legislações tributárias.

ARTIGO III

Definições gerais

1. Na presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

- a) o termo "Brasil" designa o território da República Federativa do Brasil, isto é, a terra firme continental e insular e respectivo espaço aéreo, bem como o mar territorial e o leito e subsolo desse mar, inclusive o espaço aéreo acima do mar territorial, dentro do qual, em conformidade com o Direito Internacional e com as leis brasileiras, o Brasil possa exercer seus direitos;
- b) o termo "República Popular da Hungria", quando empregado num sentido geográfico, designa o território da República Popular da Hungria;
- c) o termo "nacionais" designa:
 - I - todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade de um Estado Contratante;
 - II - todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas de acordo com a legislação em vigor num Estado Contratante;

- d) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam o Brasil ou a República Popular da Hungria, consoante o contexto;
- e) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;
- f) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que, para fins tributários, seja considerada como pessoa jurídica;
- g) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- h) a expressão "tráfego internacional" designa qualquer transporte efetuado por um navio ou aeronave explorado por uma empresa cuja sede de direção efetiva esteja situada em um Estado Contratante, exceto quando o navio ou a aeronave seja explorado apenas entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- i) a expressão "autoridade competente" designa:

I - no caso do Brasil: o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

II - no caso da República Popular da Hungria: o Ministro da Fazenda ou seu representante autorizado.

2. Para a aplicação da presente Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão que não se encontre de outro modo definida tem o sentido que lhe é atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha uma interpretação diferente.

ARTIGO IV

Domicílio fiscal

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da

legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto em razão do seu domicílio, da sua residência, da sua sede de direção ou de qualquer outro critério de natureza análoga.

2. Quando, por força do disposto no parágrafo 1, uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) será considerada residente do Estado Contratante em que disponha de uma habitação permanente; se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante com o qual suas relações familiares e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado Contratante em que tenha o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante em que permanecer de forma habitual;
- c) se permanecer de forma habitual em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer de forma habitual em nenhum deles, será considerada residente do Estado Contratante de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa que não seja uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado Contratante em que estiver situada a sua sede de direção efetiva.

ARTIGO V

Estabelecimento permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerce toda ou parte da sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;
- g) um canteiro de construção ou de instalação ou de montagem, cuja duração exceda 6 meses.

3. A expressão "estabelecimento permanente" não compreende:

- a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;
- c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;
- d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias, ou obter informações para a empresa;
- e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de publicidade, fornecimento de informações, pesquisas científicas ou atividades análogas que tenham caráter preparatório ou auxiliar para a empresa.

4. Uma pessoa que atue num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante - e desde que não seja um agente que goze de um "status" independente ao qual se aplica o parágrafo 5 - será considerada como estabelecimento permanente no primeiro Estado se tiver, e exercer habitualmente nesse Estado, autoridade para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que suas atividades sejam limitadas à compra de bens ou mercadorias para a empresa.

5. Uma empresa de um Estado Contratante não será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer a sua atividade nesse outro Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades.

6. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça sua atividade nesse outro Estado (quer seja por intermédio de um estabelecimento permanente, quer de outro modo) não será, por si só, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

ARTIGO VI

Rendimento de bens imobiliários

1. Os rendimentos de bens imobiliários, incluindo os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. a) Com ressalva do disposto nas alíneas b) e c), a expressão "bens imobiliários" é definida de acordo com a legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados;

b) a expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade territorial, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos pela exploração ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais;

c) os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos provenientes da exploração direta, da locação ou do arrendamento, assim como de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos de bens imobiliários que sirvam para o exercício de profissões independentes.

ARTIGO VII

Lucros das empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros são tributáveis no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Com ressalva do disposto no parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante a esse estabelecimento permanente os lucros que obteria se fosse uma empresa distinta e separada exercendo atividades idênticas ou similares em condições idênticas ou similares e transacionando com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento permanente.

3. Na determinação dos lucros de um estabelecimento permanente é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo fato da simples compra, por este estabelecimento permanente, de bens ou mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as respectivas disposições não serão afetadas pelas deste Artigo.

ARTIGO VIII

Navegação marítima e aérea

1. Os lucros provenientes da exploração, no tráfego internacional, de navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.
2. Se a sede da direção efetiva da empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, essa sede considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto de registro desse navio ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.
3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se também aos lucros provenientes da participação num consórcio, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

ARTIGO IX

Empresas associadas

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou
- b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tais.

ARTIGO X
Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for a beneficiária efetiva dos dividendos o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos dividendos.

Este parágrafo não afetará a tributação da sociedade com relação aos lucros que deram origem aos dividendos pagos.

3. O termo "dividendos", usado neste Artigo, designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, bem como os rendimentos provenientes de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação tributária do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica se o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, tiver, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, um estabelecimento permanente a que estiver efetivamente ligada a participação geradora dos dividendos. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo VII.

5. Quando um residente da República Popular da Hungria tiver um estabelecimento permanente no Brasil, este estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação brasileira. Todavia, esse imposto não poderá exceder 15% do montante bruto dos lucros desse estabelecimento permanente determinado após o pagamento do imposto de sociedades referente a esses lucros.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa

situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre lucros não distribuídos, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

7. A limitação da alíquota do imposto prevista nos parágrafos 2 e 5 não se aplica aos dividendos ou lucros pagos ou remetidos antes do término do terceiro ano calendário seguinte ao ano em que a Convenção entrar em vigor.

ARTIGO XI

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos juros o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

a) 10% no que concerne aos juros de empréstimos e créditos concedidos por um banco, por um período de no mínimo 8 anos, ligados à venda de equipamentos industriais ou ao estudo, à instalação ou ao fornecimento de unidades industriais ou científicas, assim como a obras públicas;

b) 15% do montante bruto dos juros em todos os demais casos.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, os juros provenientes de um Estado Contratante e recebidos

a) pelo Governo do outro Estado Contratante, inclusive autoridades locais desse outro Estado;

b) pelo Banco Central desse outro Estado Contratante; ou

c) por qualquer instituição financeira de propriedade exclusiva desse Governo;

são isentos de imposto no primeiro Estado Contratante.

4. O termo "juros", usado neste Artigo, designa os rendimentos de títulos da dívida pública, de títulos ou debêntures, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros, e de créditos de qualquer natureza, bem como outros rendimentos que, pela legislação tributária do Estado Contratante de que provêm, sejam assemelhados aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, tiver no outro Estado Contratante de que provenham os juros um estabelecimento permanente ao qual se ligue efetivamente o crédito gerador dos juros. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo VII.

6. A limitação estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

7. Os juros são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e caiba a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a instalação fixa estiverem situados.

8. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo aplica-se apenas a este último montante mencionado. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

ARTIGO XII
Royalties

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.
2. Todavia, esses "royalties" podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos "royalties" o imposto assim estabelecido não poderá exceder:
 - a) 25% do montante bruto dos "royalties" provenientes do uso ou da concessão do uso de marcas de indústria ou comércio;
 - b) 15% do montante bruto dos "royalties" em todos os demais casos.
3. O termo "royalties", usado neste Artigo, designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (incluindo os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), de uma patente, marca de indústria ou comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, ou por informações correspondentes à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.
4. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos "royalties", seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties" e caiba a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa o pagamento desses "royalties", tais "royalties" serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a instalação fixa estiverem situados.
5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica se o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, tiver no outro Estado Contratante de que provêm os

"royalties" um estabelecimento permanente ao qual estão ligados efetivamente o direito ou o bem que deu origem aos "royalties". Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo VII.

6. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos "royalties" tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo aplica-se apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. A limitação da alíquota do imposto referida no parágrafo 2.b deste Artigo não se aplica aos "royalties" pagos antes do término do quinto ano calendário seguinte ao ano calendário em que a Convenção entrar em vigor quando tais "royalties" forem pagos a um residente de um Estado Contratante que possua, direta ou indiretamente, no mínimo 50% do capital com direito a voto da sociedade que paga os "royalties".

ARTIGO XIII

Ganhos de capital

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, definidos no parágrafo 2 do Artigo VI, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis no outro Estado. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios e aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens mobiliários pertinentes à exploração de tais navios e aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO XIV
Profissões independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante auferir pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades independentes de caráter análogo só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o pagamento desses serviços ou atividades caiba a um estabelecimento permanente situado no outro Estado Contratante ou a uma sociedade aí residente. Nesse caso, os rendimentos são tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

ARTIGO XV
Profissões dependentes

1. Com ressalva do disposto nos Artigos XVI, XVIII, XIX, XX e XXI, os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe em razão de um emprego só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes são tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1, as remunerações que um residente de um Estado Contratante recebe em razão de um emprego exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias do ano fiscal considerado; e
- b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa que o empregador tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

ARTIGO XVI

Remunerações de direção

As remunerações de direção e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe na qualidade de membro da diretoria ou de qualquer conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

ARTIGO XVII

Artistas e desportistas

1. Não obstante o disposto nos Artigos XIV e XV, os rendimentos obtidos pelos profissionais de espetáculo, tais como artistas de teatro, de cinema, de rádio ou de televisão e músicos, bem como pelos desportistas, no exercício, nessa qualidade, de suas atividades pessoais, são tributáveis no Estado Contratante em que essas atividades forem exercidas.

2. Quando os serviços mencionados no parágrafo 1 deste Artigo forem fornecidos num Estado Contratante por uma empresa do outro Estado Contratante, os rendimentos recebidos pela empresa pelo fornecimento desses serviços são tributáveis no primeiro Estado Contratante, não obstante as outras disposições da presente Convenção.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, os rendimentos nele mencionados são isentos de imposto no Estado Contratante em que a atividade do profissional de espetáculo ou do desportista for exercida desde que esta atividade seja exercida dentro de um acordo ou ajuste cultural entre os Estados Contratantes.

ARTIGO XVIII

Pensões e anuidades

1. Com ressalva do disposto nos parágrafos 2 e 3 do Artigo XIX, as pensões e outras remunerações similares que não excederem um montante equivalente a 3.000 dólares americanos em um ano calendário e

as anuidades que não excederem 3.000 dólares americanos em um ano calendário, pagas a um residente de um Estado Contratante, só são tributáveis nesse Estado.

O montante das pensões ou das anuidades que exceder o limite acima mencionado são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

2. No presente Artigo:

- a) a expressão "pensões e outras remunerações similares" designa pagamentos periódicos efetuados em consequência de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de emprego anterior;
- b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados durante a vida ou durante um período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

ARTIGO XIX

Pagamentos governamentais

1. As remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou autoridade local a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou autoridade só são tributáveis nesse Estado.

Todavia, essas remunerações só são tributáveis no Estado Contratante de que o beneficiário é residente se os serviços forem prestados nesse Estado e se o beneficiário das remunerações for um residente desse Estado que

- a) seja um nacional desse Estado, ou
- b) não se tenha tornado um residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2. As pensões pagas por um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou autoridade local, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou autoridade, só são tributáveis nesse Estado.

Todavia, essas pensões só são tributáveis no outro Estado Contratante se o beneficiário for um nacional e um residente desse Estado.

3. As pensões pagas com fundos provenientes da previdência social de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado.

4. O disposto nos Artigos XV, XVI e XVIII aplica-se às remunerações e pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou autoridade local.

ARTIGO XX

Professores e pesquisadores

Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que, a convite do primeiro Estado ou de uma universidade, estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural do primeiro Estado, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições será isenta de imposto nesse Estado no que concerne à remuneração que receber em consequência dessa atividade, desde que o pagamento dessa remuneração provenha de fontes situadas fora desse Estado.

ARTIGO XXI

Estudantes e aprendizes

1. Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que permanecer no primeiro Estado unicamente:

- a) como estudante de uma universidade, estabelecimento de ensino superior ou escola desse primeiro Estado; ou
- b) como beneficiário de uma bolsa, subvenção ou prêmio concedidos por uma organização religiosa, de caridade, científica ou educacional, com o fim primordial de estudar ou pesquisar; ou
- c) como membro de um programa de cooperação técnica organizado pelo Governo do outro Estado Contratante

será isenta de imposto no primeiro Estado, no que concerne às remessas provenientes do exterior para fins de sua manutenção, educação ou treinamento.

2. Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que permanecer no primeiro Estado com o único fim de estudar ou realizar treinamento será isenta de imposto no primeiro Estado por um período não superior a dois anos consecutivos no que concerne à remuneração que receber de emprego exercido nesse Estado, necessária para sua manutenção, educação ou treinamento.

ARTIGO XXII

Outros rendimentos

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante provenientes do outro Estado Contratante e não tratados nos Artigos precedentes da presente Convenção são tributáveis nesse outro Estado.

ARTIGO XXIII

Métodos para eliminar a dupla tributação

A dupla tributação será eliminada como segue:

a) No Brasil:

1. Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, possam ser tributados na República Popular da Hungria, o Brasil deduzirá do imposto sobre a renda desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago na República Popular da Hungria.

O montante deduzido não poderá, contudo, exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na República Popular da Hungria.

b) Na República Popular da Hungria:

1. Quando um residente da República Popular da Hungria receber rendimentos não mencionados nos subparágrafos 2 e 3 que, de acordo com as disposições da presente Convenção, possam ser tributados no Brasil, o primeiro Estado isentará de imposto tais rendimentos.

2. Quando um residente da República Popular da Hungria receber dividendos, juros e royalties que, de acordo com as disposições do Artigo X, parágrafo 2, Artigo XI e Artigo XII, possam ser tributados no Brasil, a República Popular da Hungria deduzirá do imposto sobre a renda desse residente um montante igual ao imposto pago no Brasil sobre os rendimentos acima mencionados.

Para esta dedução, o imposto brasileiro será sempre considerado como tendo sido pago à alíquota de 25%.

O montante deduzido não poderá, contudo, exceder a fração do imposto, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos recebidos do Brasil.

3. Quando o imposto geral brasileiro de sociedades incidente sobre os lucros de que se originam os dividendos pagos for reduzido ou eliminado, a República Popular da Hungria deduzirá ainda do imposto húngaro um montante correspondente ao imposto brasileiro de sociedades que teria sido pago se referido imposto não houvesse sido reduzido ou eliminado, levando em conta o imposto brasileiro sobre dividendos.

4. Quando, de acordo com as disposições da presente Convenção, os rendimentos recebidos por um residente da República Popular da Hungria forem aí isentos de imposto, a República Popular da Hungria poderá, todavia, ao calcular o montante do imposto sobre o restante dos rendimentos desse residente, levar em conta os rendimentos isentos.

ARTIGO XXIV

Não-discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será menos favorável nesse outro Estado do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções de impostos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja possuído ou controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas no primeiro Estado a nenhuma tributação ou obrigação correspondente mais onerosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas outras empresas similares do primeiro Estado, cujo capital seja possuído ou controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes de um terceiro Estado.

4. Neste artigo, o termo "tributação" designa os impostos visados pela presente Convenção.

ARTIGO XXV

Procedimento amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes conduzam ou possam conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pela legislação interna desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é residente.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em discordância com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver através de acordo amigável as dificuldades ou as dúvidas que surgirem na interpretação ou aplicação da Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a acordo, nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

ARTIGO XXVI

Troca de informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar a presente Convenção. Todas as informações deste modo trocadas serão consideradas secretas e

só poderão ser comunicadas às pessoas, autoridades ou tribunais encarregados do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção ou da decisão sobre recursos ou da instauração de processos sobre delitos relativos a esses impostos.

2. O disposto no parágrafo 1 não poderá em nenhum caso ser interpretado no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) de fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) de transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

ARTIGO XXVII

Agentes diplomáticos e funcionários consulares

Nada na presente Convenção prejudicará os privilégios fiscais de que se beneficiem os agentes diplomáticos ou funcionários consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

ARTIGO XXVIII

Entrada em vigor

1. Os Estados Contratantes notificar-se-ão de que foram cumpridas as exigências constitucionais para a entrada em vigor da presente Convenção.

2. A presente Convenção entrará em vigor na data da última das notificações mencionadas no parágrafo 1 e suas disposições serão aplicadas:

- a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, aos montantes de rendimentos recebidos no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente

seguinte ao ano em que a última das notificações mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo tenha sido dada e nos anos posteriores;

- b) no que concerne aos outros impostos, aos períodos-base que comecem no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a última das notificações mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo tenha sido dada.

ARTIGO XXIX

Denúncia

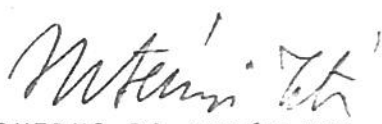
Qualquer dos Estados Contratantes poderá denunciar a presente Convenção depois de decorrido um período de três anos a contar da data de sua entrada em vigor, mediante um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante através dos canais diplomáticos, desde que tal aviso seja dado no ou antes do dia 30 de junho de qualquer ano calendário.

Neste caso, a Convenção será aplicada pela última vez:

- a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias recebidas antes da expiração do ano calendário em que o aviso de denúncia tenha sido dado;
- b) no que concerne aos outros impostos visados pela Convenção, às importâncias recebidas durante o período-base que comece no ano calendário em que o aviso de denúncia tenha sido dado.

Feita em Budapeste, aos 20 dias do mês de junho de 1986, em dois originais, cada qual nas línguas portuguesa, húngara e inglesa, sendo autênticos todos os três textos. Em caso de interpretações divergentes dos textos em português e húngaro, prevalecerá o texto em inglês.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:
Celso Diniz


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA HUNGRIA:
Istvan Hetenyi

P R O T O C O L O

No momento da assinatura da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, acordaram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da presente Convenção.

1. Com referência ao Artigo II, parágrafo 1a)

Fica entendido que o imposto suplementar de renda não se aplicará aos lucros e dividendos distribuídos que não excedam 12% do capital registrado no Banco Central do Brasil.

2. Com referência ao Artigo VII, parágrafo 1

Fica entendido que quando um canteiro de construção ou de instalação ou de montagem constituir um estabelecimento permanente, apenas aqueles lucros derivados da atividade do canteiro de construção ou de instalação ou de montagem poderão ser atribuídos a esse estabelecimento permanente.

3. Com referência ao Artigo VII, parágrafo 3

Fica entendido que o disposto no parágrafo 3 do Artigo VII será interpretado no sentido de significar que as despesas feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração, serão dedutíveis, quer se efetuadas no Estado em que o estabelecimento permanente estiver situado, quer fora dele.

4. Com referência ao Artigo X, parágrafo 3

Fica entendido que, no caso do Brasil, o termo "dividendos" também inclui qualquer distribuição relativa a certificados de um fundo de investimento residente do Brasil.

5. Com referência ao Artigo XI

Fica entendido que as multas por pagamento em atraso não são consideradas como juros para os fins do Artigo XI.

6. Com referência ao Artigo XII, parágrafo 3

Fica entendido que o disposto no parágrafo 3 do Artigo XII aplica-se aos pagamentos de qualquer natureza recebidos como remuneração pela prestação de assistência técnica e de serviços técnicos.

7. Com referência ao Artigo XIV

Fica entendido que o disposto no Artigo XIV aplica-se mesmo se as atividades forem exercidas por uma sociedade civil ("civil company").

8. Com referência ao Artigo XVI

Fica entendido que o termo "qualquer conselho de uma sociedade" inclui, no caso do Brasil, o conselho de administração, o conselho fiscal e o conselho consultivo e, no caso da República Popular da Hungria, o conselho de supervisão.

9. Com referência ao Artigo XVIII, parágrafo 1

As autoridades competentes poderão atualizar as quantias mencionadas no parágrafo 1 do Artigo XVIII a cada cinco anos, a contar da data em que as disposições da Convenção entrarem em vigor.

10. Com referência ao Artigo XXIII, parágrafo b)

Fica entendido que, para os fins de tributação na República Popular da Hungria, o montante dos dividendos recebidos do Brasil não poderá, em nenhuma hipótese, ser considerado como sendo maior do que o montante bruto desses dividendos que podem ser tributados no Brasil de acordo com o Artigo X, parágrafo 2.

11. Com referência ao Artigo XXIV, parágrafo 2

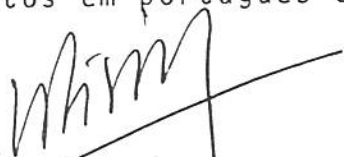
Fica entendido que as disposições do parágrafo 5 do Artigo X não são conflitantes com as do parágrafo 2 do Artigo XXIV.

12. Com referência ao Artigo XXIV, parágrafo 3

Na eventualidade de o Brasil permitir que os "royalties", como definidos no parágrafo 3 do Artigo XII, pagos por uma empresa residente do Brasil a uma empresa residente de um terceiro Estado não localizado na América Latina e que possua no mínimo 50% do capital da empresa residente do Brasil, sejam dedutíveis para efeito da determinação dos lucros tributáveis desta empresa, uma dedução igual será automaticamente aplicável, em condições similares, a uma empresa residente do Brasil que pague "royalties" a uma empresa residente da República Popular da Hungria.

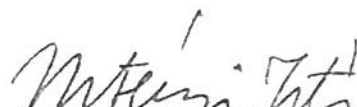
Fica entendido que a presente disposição da lei brasileira concernente à não-dedutibilidade de "royalties", conforme acima indicado, não é conflitante com o parágrafo 3 do Artigo XXIV da Convenção.

Feito em Budapeste, aos 20 dias do mês de junho de 1986,
em dois originais, nas línguas portuguesa, húngara e inglesa, sendo
autênticos todos os três textos. Em caso de interpretações divergentes
dos textos em português e húngaro, prevalecerá o texto em inglês.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:

Celso Diniz



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA HUNGRIA:

Istvan Hetenyi

E G Y E Z M É N Y

a Brazil Szövetségi Köztársaság Kormánya és a Magyar Népköztársaság Kormánya között a kettős adóztatás elkerülésére és az adóztatás kijátszásának megakadályozására a jövedelemadók területén

A Brazil Szövetségi Köztársaság Kormánya és a Magyar Népköztársaság Kormánya

attól az óhajtól vezetve, hogy Egyezményt kössenek a kettős adóztatás elkerülésére és az adóztatás kijátszásának megakadályozására a jövedelemadók területén

és hogy gazdasági kapcsolataikat tovább fejlesszék és megkönnyítsék

a következőkben állapodtak meg:

1. Cikk

Személyi hatály

Az Egyezmény azokra a személyekre terjed ki, akik az egyik Szerződő Államban vagy mindkét Szerződő Államban illetőséggel bírnak.

2. Cikk

Az Egyezmény alá eső adók

1. Azok az adók, amelyekre az Egyezmény kiterjed, a következők:

a/ Brazília esetében:

- a szövetségi jövedelemadó, kivéve a jövedelem pótdót és a kisebb jelentőségű tevékenységek adóját /a továbbiakban "brazil adó"/;

- b/ a Magyar Népköztársaság esetében:
- /i/ a jövedelemadók;
 - /ii/ a nyereségadók;
 - /iii/ a társasági különadó;
 - /iv/ a lakosságnak a jövedelemadók tekintetében kivetett köztségfejlesztési hozzájárulása;
 - /v/ a városi és községi hozzájárulás;
 - /vi/ a kereskedelmi társaságok osztalék és nyereség kifizetései utáni illeték
- /a továbbiakban "magyar adó"/.

2. Az Egyezmény alkalmazandó azokra az azonos vagy lényegében hasonló jellegű adókra is, amelyeket az Egyezmény aláírása után a fent említett adók mellett vagy azok helyett bevezetnek. A Szerződő Államok illetékes hatóságai értesíteni fogják egymást a vonatkozó adójogszabályaikban végrehajtott bármely lényeges változásról.

3. Cikk

Általános meghatározások

1. Az Egyezményben, ha a szövegösszefüggés mást nem kíván:
- a/ a "Brazília" kifejezés jelenti a Brazil Szövetségi Köztársaság területét, azaz a kontinentális szárazföldet és szigeteket a hozzájuk tartozó légtérrel, továbbá a parti tengert a hozzá tartozó tengerfeneket, altalajt és légteret, amelyeken belül a nemzetközi joggal és a brazil jogszabályokkal összhangban Brazília jogai gyakorolhatók;
 - b/ a "Magyar Népköztársaság" kifejezés földrajzi értelemben használva jelenti a Magyar Népköztársaság területét;
 - c/ az "állampolgár" kifejezés jelenti:
 - I - mindazokat a természetes személyeket, akik az egyik Szerződő Állam állampolgárságával rendelkeznek;
 - II - mindazokat a jogi személyeket, személyi társaságokat és társulásokat, amelyeknek ez a jogi helyzete az egyik Szerződő Állam jogszabályaiból származik;

- d/ az "egyik Szerződő Állam" és a "másik Szerződő Állam" kifejezés Braziliát vagy a Magyar Népköztársaságot jelenti, ahogyan a szövegösszefüggés kívánja;
- e/ a "személy" kifejezés magában foglalja a természetes személyt, a társaságot és minden más személyi egyesülést;
- f/ a "társaság" kifejezés jelenti a jogi személyeket, vagy azokat a jogalanyokat, amelyeket az adóztatás szempontjából jogi személyeknek tekintenek;
- g/ "az egyik Szerződő Állam vállalkozása" és a "másik Szerződő Állam vállalkozása" kifejezés az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy, illetőleg a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy által folytatott vállalkozást jelent;
- h/ a "nemzetközi forgalom" kifejezés jelent minden olyan szállítást, amelyet egy olyan vállalkozás által üzemeltetett tengeri hajó vagy légijármű bonyolít le, amelynél a tényleges üzletvezetés helye az egyik Szerződő Államban van, kivéve, ha a tengeri hajót vagy a légijárművet csak a másik Szerződő Államban lévő helyek között üzemeltetik;
- i/ az "illetékes hatóság" kifejezés
 - I - Brazília esetében: a pénzügyminisztert, a Szövetségi Bevételek államtitkárát vagy meghatalmazott képviselőiket;
 - II - a Magyar Népköztársaság esetében a pénzügyminisztert vagy meghatalmazott képviselőjétjelenti.

2. Az Egyezménynek az egyik Szerződő Állam által történő alkalmazásánál, ha a szövegösszefüggés mást nem kíván, bármely másképpen meg nem határozott kifejezésnek olyan értelme van, mint amilyent arra nézve ennek a Szerződő Államnak az Egyezmény által érintett adókra vonatkozó jogszabályai megállapítanak.

4. Cikk

Lakóhely az adó szempontjából

1. Az Egyezmény értelmében az "egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy" kifejezés olyan személyt jelent, aki ennek az Államnak a jogszabályai szerint, ott lakóhelye, állandó tartózkodási helye, üzletvezetésének helye vagy más hasonló ismerv alapján adóköteles.
2. Amennyiben egy természetes személy az 1. bekezdés rendelkezései szerint mindkét Szerződő Államban illetőséggel bír, úgy ezt az esetet a következők szerint kell eldönteni:
 - a/ Ez a személy abban a Szerződő Államban tekintendő illetőséggel bírónak, amelyben állandó lakóhellyel rendelkezik; ha mindkét Szerződő Államban rendelkezik állandó lakóhellyel, úgy abban a Szerződő Államban tekintendő illetőséggel bírónak, amelyhez szorosabb családi és gazdasági kapcsolatok fűzik /a létérdekek központja/;
 - b/ Amennyiben nem határozható meg, hogy a személy létérdekeinek központja melyik Szerződő Államban van, vagy ha a Szerződő Államok egyikében sem rendelkezik állandó lakóhellyel, úgy abban a Szerződő Államban tekintendő illetőséggel bírónak, amelyben szokásos tartózkodási helye van;
 - c/ Amennyiben a személynek mindkét Szerződő Államban van, vagy egyikben sincs szokásos tartózkodási helye, úgy abban a Szerződő Államban tekintendő illetőséggel bírónak, amelynek az állampolgára;
 - d/ Amennyiben a személy mindkét Szerződő Államnak vagy egyiknek sem állampolgára, úgy a Szerződő Államok illetékes hatóságai kölcsönös egyetértéssel rendezik a kérdést.
3. Amennyiben más, mint egy természetes személy az 1. bekezdés rendelkezései szerint mindkét Szerződő Államban illetőséggel bír, úgy abban a Szerződő Államban tekintendő illetőséggel bírónak, amelyben tényleges üzletvezetésének helye van.

5. Cikk

Telephely

1. Az Egyezmény értelmében a "telephely" kifejezés állandó üzleti berendezést jelent, amelyben a vállalkozás tevékenységét részben vagy egészben kifejti.
2. A "telephely" kifejezés magában foglalja különösen:
 - a/ a vezetés helyét;
 - b/ a fiókot;
 - c/ az irodát;
 - d/ a gyártelepet;
 - e/ a műhelyt;
 - f/ a bányát, a kőfejtőt vagy a természeti kincsek kiaknázására szolgáló más telepet;
 - g/ az olyan építési kivitelezést vagy szerelést, amelynek időtartama 6 hónapot meghalad.
3. Nem tekintendők "telephelynek":
 - a/ azok a berendezések, amelyeket kizárólag a vállalkozás javainak vagy áruinak raktározására, kiállítására vagy kiszolgáltatására használnak;
 - b/ a vállalkozás javainak vagy áruinak olyan készletei, amelyeket kizárólag raktározás, kiállítás vagy kiszolgáltatás céljából tartanak;
 - c/ a vállalkozás javainak vagy áruinak olyan készletei, amelyeket kizárólag abból a célból tartanak, hogy azokat egy másik vállalkozás feldolgozza;
 - d/ az állandó üzleti berendezés, amelyet kizárólag abból a célból tartanak fenn, hogy a vállalkozás részére javakat vagy árukat vásároljanak vagy információkat szerezzenek;
 - e/ az állandó üzleti berendezés, amelyet kizárólag abból a célból tartanak fenn, hogy a vállalkozást reklámozzák, információkat adjanak, tudományos kutatást végezzenek vagy hasonló tevékenységet folytassanak, amely előkészítő vagy kisegítő jellegű.

4. Amennyiben egy személy - kivéve az 5. bekezdés értelmében a független képviselőt - az egyik Szerződő Államban a másik Szerződő Állam vállalkozása érdekében tevékenykedik, úgy az előbb említett Államban akkor adott a telephely, ha a személynek meghatalmazása van a vállalkozás nevében szerződéseket kötni és meghatalmazásával ebben az Államban rendszeresen él, kivéve, ha tevékenysége javaknak vagy áruknak a vállalkozás részére való vételére korlátozódik.

5. Az egyik Szerződő Állam vállalkozását nem lehet úgy tekinteni, mintha annak a másik Szerződő Államban telephelye volna csupán azért, mert tevékenységét ebben a másik Államban alkusz, bizományos vagy más független képviselő útján fejti ki, feltéve, hogy ezek a személyek rendes üzleti tevékenységük keretében járnak el.

6. Az a tény, hogy az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró társaság egy olyan társaságot ural vagy azt egy olyan társaság uralja, amely a másik Szerződő Államban illetőséggel bír vagy ott /akár telephely útján, akár más módon/ fejti ki tevékenységét, önmagában még nem teszi egyik társaságot sem a másik telephelyévé.

6. Cikk

Ingatlan vagyomból származó jövedelem

1. Az ingatlan vagyomból származó jövedelem, beleértve a mező- és erdőgazdasági üzemek jövedelmét, abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyben ez a vagyon fekszik.

2. a/ Az "ingatlan vagyon" kifejezést, a b/ és c/ pontok rendelkezéseit fenntartva, annak a Szerződő Államnak a jogszabályai szerint kell meghatározni, amelyben ez a vagyon fekszik;

b/ a kifejezés minden esetben magában foglalja az ingatlan vagyon tartozékait, a mező- és erdőgazdasági üzemek élő és holt felszerelését, azokat a jogokat, amelyekre a földtulajdonra vonatkozó magánjogi rendelkezések nyerne alkalmazást, az ingatlan vagyon haszonélvezeti jogát és az ásványlelőhelyek, források és más természeti

kincsek kiaknázásáért vagy kiaknázásának jogáért járó változó vagy állandó térítésekre vonatkozó jogokat;

c/ a tengeri hajók és légi járművek nem tekintendők ingatlan vagyonnak.

3. Az 1. bekezdés rendelkezései alkalmazandók az ingatlan vagyon közvetlen használatából, bérbeadásából vagy használatának minden más formájából származó jövedelemre.

4. Az 1. és 3. bekezdések rendelkezései a vállalkozás ingatlan vagyonából származó jövedelemre és a szabad foglalkozás gyakorlására szolgáló ingatlan vagyonból származó jövedelemre is alkalmazandók.

7. Cikk

Vállalkozási nyereség

1. Az egyik Szerződő Állam vállalkozásának nyeresége csak ebben az Államban adóztatható, kivéve, ha a vállalkozás tevékenységét a másik Szerződő Államban egy ott lévő telephely útján fejti ki. Amennyiben a vállalkozás ily módon fejti ki tevékenységét, úgy a vállalkozás nyeresége a másik Államban adóztatható, azonban csak olyan mértékben, amilyen mértékben az ennek a telephelynek tudható be.

2. A 3. bekezdés rendelkezéseit fenntartva, ha az egyik Szerződő Állam vállalkozása tevékenységét a másik Szerződő Államban egy ott lévő telephely útján fejti ki, úgy ennek a telephelynek mindegyik Szerződő Államban azokat a nyereségeket kell betudni, amelyeket akkor érhetne el, ha azonos vagy hasonló tevékenységet azonos vagy hasonló feltételek mellett, mint önálló vállalkozás fejtené ki és azzal a vállalkozással lebonyolított forgalmában, amelynek telephelye, teljesen független lenne.

3. A telephely nyereségének megállapításánál levonhatók a telephely miatt felmerült költségek, beleértve az üzletvezetési és általános ügyviteli költségeket.

4. A telephelynek nem tudható be nyereség javaknak vagy áruknak ezen telephely által a vállalkozás részére történő pusztta vásárlása miatt.

5. Amennyiben a nyereség olyan jövedelemtétteleket tartalmaz, amelyekkel az Egyezmény más cikkei külön foglalkoznak, úgy azoknak a cikkeknek a rendelkezéseit e Cikk rendelkezései nem érintik.

8. Cikk

Hajózás és légiforgalom

1. Az a nyereség, amely tengeri hajóknak vagy légi járműveknek a nemzetközi forgalomban való üzemeltetéséből származik, csak abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyikben a vállalkozás tényleges üzletvezetésének helye van.

2. Ha egy tengeri hajózási vállalkozás tényleges üzletvezetésének helye egy tengeri hajó fedélzetén van, úgy e hely abban a Szerződő Államban levőnek tekintendő, amelyikben a tengeri hajó hazai kikötője fekszik, vagy hazai kikötő hiányában abban a Szerződő Államban, amelyikben a tengeri hajó üzemben tartója illetőséggel bír.

3. Az 1. bekezdés rendelkezései alkalmazandók azokra a nyereségekre is, amelyek valamely poolban, közös üzemeltetésben vagy nemzetközi üzemeltetésű szervezetben való részvételből származnak.

9. Cikk

Kapcsolt vállalkozások

Amennyiben

a/ az egyik Szerződő Állam vállalkozása közvetlenül vagy közvetve a másik Szerződő Állam vállalkozásának üzletvezetésében, ellenőrzésében vagy tőkéjében részesedik, vagy

b/ ugyanazok a személyek közvetlenül vagy közvetve az egyik Szerződő Állam vállalkozásának és a másik Szerződő Állam vállalkozásának üzletvezetésében, ellenőrzésében vagy tőkéjében részesednek

és ezekben az esetekben a két vállalkozás egymás között kereskedelmi vagy pénzügyi kapcsolataikra tekintettel olyan feltételekben alapodik meg, vagy olyan feltételeket szab, amelyek eltérnek azoktól, amelyekben független vállalkozások egymással megállapodnának, úgy az a nyereség, amelyet a vállalkozások egyike e feltételek nélkül elért volna, e feltételek miatt azonban nem ért el, ennek a vállalkozásnak a nyereségéhez hozzászámítható és megfelelően megadóztatható.

10. Cikk

Osztalék

1. Az osztalék, amelyet az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró társaság a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személynek fizet, ebben a másik Államban adóztatható.

2. Mindazonáltal ez az osztalék abban a Szerződő Államban is, amelyben az osztalékot fizető társaság illetőséggel bír, ennek az Államnak a jogszabályai szerint megadóztatható, de ha a kedvezményezett az osztalék haszonhuzója, az így megállapított adó nem haladhatja meg az osztalék bruttó összegének 15 százalékát.

Ez a bekezdés nem érinti a társaság adóztatását azon nyereség után, amelyből az osztalékot fizetik.

3. Az e Cikkben használt "osztalék" kifejezés részvényekből, "élvezeti" részvényekből vagy "élvezeti" jogokból, bányarészjegyekből, alapítói érdekeltségből vagy nyereségrészesedést biztosító más jogokból - kivéve a követeléseket - származó jövedelmet, valamint egyéb társasági jogokból származó olyan jövedelmet jelent, amely annak az Államnak az adójoga szerint, amelyben a nyereséget felosztó társaság illetőséggel bír, a részvényekből származó jövedelemmel azonos megítélés alá esik.

4. Az 1. és 2. bekezdések rendelkezései nem alkalmazandók, ha az osztalék egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró haszonhuzójának a másik Szerződő Államban, amelyben az osztalékot fizető társaság illetőséggel bír, telephelye van és az érdekeltség, amely után az osztalékot fizetik, ténylegesen ehhez a telephelyhez tartozik. Ebben az esetben a 7. Cikk rendelkezéseit kell alkalmazni.

5. Ha a Magyar Népköztársaság illetőséggel bíró személynek Braziliában telephelye van, úgy ez a telephely a brazil jogszabályok szerint a forrásnál levont adóval megadóztatható. Mindazonáltal ez az adó nem haladhatja meg e telephely nyereségének az ilyen nyereséggel kapcsolatos társasági adó megfizetése után megállapított bruttó összege után számított 15 százalékot.

6. Ha az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró társaság nyereséget vagy jövedelmet élvez a másik Szerződő Államból, úgy ez a másik Állam nem adóztathatja meg a társaság által fizetett osztalékot, kivéve, ha az osztalékot ebben a másik Államban illetőséggel bíró személynek fizetik, vagy ha az érdekelttség, amely után az osztalékot fizetik, ténylegesen ebben a másik Államban lévő telephelyhez vagy állandó berendezéshez tartozik, sem pedig a társaság fel nem osztott nyereségét nem vetheti a társaság fel nem osztott nyeresége után kivetett adó alá, még akkor sem, ha a kifizetett osztalék vagy a fel nem osztott nyereség egészben vagy részben ebben a másik Államban elért nyereségből vagy jövedelemből áll.

7. Az adó mértékének a 2. és 5. bekezdésekben foglalt korlátozásai nem alkalmazandók azokra az osztalékokra vagy nyereségekre, amelyeket az Egyezmény hatálybalépésének évét követő harmadik naptári év lejárta előtt fizettek ki vagy utaltak át.

11. Cikk

Kamat

1. A kamat, amely az egyik Szerződő Államból származik, és amelyet a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személynek fizetnek, ebben a másik Államban adóztatható.

2. Mindazonáltal az ilyen kamat megadóztatható abban a Szerződő Államban is, amelyből származik, ennek az Államnak a jogszabályai szerint, de ha a kedvezményezett a kamat haszonhuzója, az így megállapított adó nem haladhatja meg:

a/ a 10 százalékot az olyan kamat tekintetében, amely valamely bank által legalább 8 éves időszakra ipari berendezések eladásával, vagy ipari vagy tudományos egységek tanulmányával, szerelésével vagy szállításával, valamint közmunkálatokkal kapcsolatban nyuj-

tott kölcsönökből és hitelekben származik;

b/ a kamat bruttó összegének 15 százalékát minden más esetben.

3. Tekintet nélkül az 1. és 2. bekezdés rendelkezéseire, az egyik Szerződő Államból származó kamat, amelyet

a/ a másik Szerződő Állam közege, beleértve annak helyi hatóságait;

b/ ennek a másik Szerződő Államnak a központi bankja, vagy

c/ bármely, teljesen e kormány tulajdonában lévő pénzintézet

élvez, mentes az adó alól az először említett Szerződő Államban.

4. Az e Cikkben használt "kamatt" kifejezés állami kölcsönökből, kötvényekből vagy adósságlevelekből származó jövedelmet jelent, akár biztosítva van jelzálogjoggal, akár nem, és akár ad jogot a nyereségben való részesedésre, akár nem és mindenfajta követelésből származó jövedelmet, valamint más olyan jövedelmet jelent, amely annak a Szerződő Államnak a jogszabályai szerint, amelyből a jövedelem származik, a kölcsönadott pénzből származó jövedelemmel azonos megítélés alá esik.

5. Az 1. és 2. bekezdés rendelkezései nem alkalmazandók, ha a kamatt egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró haszonhuzójának a másik Szerződő Államban, amelyből a kamatt származik, telephelye van és a követelés, amelyből a kamatt származik, ténylegesen ehhez a telephelyhez tartozik. Ebben az esetben a 7. Cikk rendelkezéseit kell alkalmazni.

6. A 2. bekezdésben megállapított korlátozás nem alkalmazandó az olyan kamatra, amely az egyik Szerződő Államból származik és amelyet a másik Szerződő Állam vállalkozásának egy harmadik Államban lévő telephelye részére fizetnek.

7. A kamatt akkor tekintendő az egyik Szerződő Államból származónak, ha a kamatot fizető maga ez a Szerződő Állam, ennek az Államnak politikai egysége, helyi hatósága vagy az ebben az Államban illetőséggel bíró személy. Ha azonban a kamatot fizető személynek, függet-

lenül attól, hogy bir-e illetőséggel az egyik Szerződő Államban vagy nem, az egyik Szerződő Államban telephelye vagy állandó berendezése van, amellyel kapcsolatban a tartozás, amely után a kamatot fizetik, felmerült és ezt a kamatot ez a telephely vagy állandó berendezés viseli, úgy az ilyen kamat abból a Szerződő Államból származónak tekintendő, amelyben a telephely vagy az állandó berendezés van.

8. Ha a kamatot fizető személy és a kamat haszonhuzója vagy mindkettő és egy másik személy között különleges kapcsolatok állnak fenn és emiatt a kamat összege azon követeléshez mérten, amely után fizetik, meghaladja azt az összeget, amelyben a kamatot fizető és a kamat haszonhuzója ilyen kapcsolatok nélkül megállapodtak volna, úgy e Cikk rendelkezéseit csak az utóbb említett összegre kell alkalmazni. Ebben az esetben a többletösszeg mindegyik Szerződő Állam jogszabályai szerint és az Egyezmény más rendelkezéseinek figyelembevételével adóztatható.

12. Cikk

Licencdíj

1. A licencdíj, amely az egyik Szerződő Államból származik és amelyet a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személynek fizetnek, ebben a másik Államban adóztatható.

2. Mindazonáltal az ilyen licencdíj megadóztatható abban a Szerződő Államban, amelyből származik, annak az Államnak a jogszabályai szerint, de ha a kedvezményezett a licencdíj haszonhuzója, az így megállapított adó nem haladhatja meg

a/ a védjegyek használatából vagy használati jogából származó licencdíj bruttó összegének 25%-át,

b/ a licencdíj bruttó összegének 15%-át minden más esetben.

3. Az e Cikkben használt "licencdíj" kifejezés azt a bármilyen jellegű térítést jelenti, amelyet irodalmi, művészeti vagy tudományos művek /beleértve a mozgóképfilmeket, televíziós vagy rádióközvetítésre szolgáló filmeket vagy kép- vagy hanghordozó szalagokat/ szerzői jogának, szabadalmak, védjegyek, minták vagy modellek, tervek, titkos formulák vagy eljárások használatáért vagy használati jogáért,

vagy ipari, kereskedelmi vagy tudományos felszerelések használatáért vagy használati jogáért, vagy ipari, kereskedelmi vagy tudományos tapasztalatok közléséért fizetnek.

4. A licenrdij akkor tekintendő az egyik Szerződő Államból származónak, ha a licenrdiját fizető maga ez az Állam, ennek az Államnak politikai egysége, helyi hatósága vagy az ebben az Államban illetőséggel bíró személy. Ha azonban a licenrdiját fizető személynek, függetlenül attól, hogy bí-e illetőséggel az egyik Szerződő Államban vagy nem, az egyik Szerződő Államban telephelye vagy állandó berendezése van, amellyel kapcsolatban a licenrdij fizetési kötelezettség felmerült és ezt a licenrdiját ez a telephely vagy az állandó berendezés viseli, úgy az ilyen licenrdij abból a Szerződő Államból származónak tekintendő, amelyben a telephely vagy az állandó berendezés van.

5. Az 1. és 2. bekezdés rendelkezései nem alkalmazandók, ha a licenrdij egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró haszonhuzójának a másik Szerződő Államban, amelyből a licenrdij származik, telephelye van és a jog vagy vagyoni érték, amelyért a licenrdiját fizetik, ténylegesen ehhez a telephelyhez tartozik. Ebben az esetben a 7. Cikk rendelkezéseit kell alkalmazni.

6. Ha a licenrdiját fizető személy és a licenrdij haszonhuzója, vagy mindkettő és egy másik személy között különleges kapcsolatok állnak fenn és emiatt a licenrdij összege azon használatához, joghoz vagy információhoz mérten, amely után fizetik, meghaladja azt az összeget, amelyben a licenrdiját fizető és a licenrdij haszonhuzója ilyen kapcsolatok nélkül megállapodott volna, úgy e Cikk rendelkezéseit csak az utóbb említett összegre kell alkalmazni. Ebben az esetben a többletösszeg mindegyik Szerződő Állam jogszabályai szerint és az Egyezmény más rendelkezéseinek figyelembevételével adóztatható.

7. Az adó mértékének az ezen Cikk 2. b/ bekezdésében foglalt korlátozása nem alkalmazandó az olyan licenrdijra, amelyet az Egyezmény hatálybalépésének naptári évét követő ötödik naptári év vége előtt fizettek, amennyiben az ilyen licenrdiját az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró olyan személynek fizetik, akinek a licenrdiját fizető társaság szavazati tőkéjének legalább 50 százaléka közvetlenül vagy közvetve tulajdonában van.

13. Cikk

Elidegenítésből származó nyereség

1. A 6. Cikk 2. bekezdésében meghatározott ingatlan vagyon elidegenítéséből származó nyereség abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyben az ingatlan vagyon fekszik.
2. Az olyan ingó vagyon elidegenítéséből származó nyereség, amely az egyik Szerződő Állam vállalkozása másik Szerződő Államban lévő telephelyének üzemi vagyona, vagy amely egy olyan állandó berendezéshez tartozik, amellyel az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy szabad foglalkozás gyakorlása céljából a másik Szerződő Államban rendelkezik, beleértve az olyan nyereséget, amelyet egy ilyen telephelynek /egyedül vagy az egész vállalkozással együtt történő/ elidegenítéséből vagy egy ilyen állandó berendezésnek az elidegenítéséből elérnek, a másik Államban adóztatható. Mindazonáltal a nemzetközi forgalomban üzemeltetett tengeri hajók és légitjárművek, vagy az ilyen tengeri hajók és légitjárművek üzemeltetésére szolgáló ingó vagyon elidegenítéséből származó nyereség csak abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyikben a vállalkozás tényleges üzletvezetésének helye van.
3. Az 1. és 2. bekezdésekben nem említett vagyon elidegenítéséből származó nyereség mindkét Szerződő Államban adóztatható.

14. Cikk

Szabad foglalkozás

1. Az olyan jövedelem, amelyet az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy szabad foglalkozásból vagy más, hasonló jellegű önálló tevékenységből élvez, csak ebben az Államban adóztatható, kivéve, ha az ilyen foglalkozásért vagy tevékenységért járó kifizetést a másik Szerződő Államban lévő telephely vagy egy ott illetőséggel bíró társaság viseli. Ebben az esetben a jövedelem ebben a másik Államban adóztatható.
2. A "szabad foglalkozás" kifejezés magában foglalja különösen az önállóan kifejtett tudományos, technikai, irodalmi, művészeti, nevelési vagy oktatási tevékenységet, valamint az orvosok, ügyvédek, mérnökök, építészek, fogorvosok és könyvszakértők önálló tevékenységét.

15. Cikk

Nem önálló munka

1. A 16., 18., 19., 20. és 21. cikkek rendelkezéseinek fenntartásával, a fizetés, a bér és más hasonló térítés, amelyet az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy nem önálló munkáért kap, csak ebben az Államban adóztatható, kivéve, ha a munkát a másik Szerződő Államban végzik. Amennyiben a munkát ott végzik, úgy az ezért kapott térítés ebben a másik Államban adóztatható.

2. Tekintet nélkül az 1. bekezdés rendelkezéseire, az a térítés, amelyet az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy a másik Szerződő Államban végzett nem önálló munkáért kap, csak az először említett Államban adóztatható, ha

- a/ a kedvezményezett a másik Államban a vonatkozó adózási évben nem tartózkodik összesen 183 napot meghaladó időszakban vagy időszakokban és
- b/ a térítést olyan munkaadó fizeti, vagy olyan munkaadó nevében fizetik, aki nem bír illetőséggel a másik Államban, és
- c/ a térítést nem a munkaadónak a másik Államban lévő telephelye vagy állandó berendezése viseli.

3. Tekintet nélkül e Cikk előző rendelkezéseire, a nemzetközi forgalomban üzemeltetett tengeri hajó vagy légi jármű fedélzetén végzett nem önálló munkáért járó térítés abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyben a vállalkozás tényleges üzletvezetésének helye van.

16. Cikk

Igazgatótanácsi térítés

Az igazgatótanácsi térítés és hasonló fizetés, amelyet az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy olyan minőségben élvez, mint a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró társaság igazgatótanácsának vagy bármilyen tanácsának tagja, ebben a másik Szerződő Államban adóztatható.

17. Cikk

Művészek és sportolók

1. Tekintet nélkül a 14. és 15. cikkek rendelkezéseire, az olyan jövedelem, amelyet egy hivatásos előadóművész, mint színházi, film-, rádió- vagy televíziós művész és zeneművész, és sportoló élvez személyes tevékenységéből ilyen minőségében, abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyben ezt a tevékenységét kifejti.

2. Amennyiben az e Cikk 1. bekezdésében említett szolgáltatásokat az egyik Szerződő Államban a másik Szerződő Állam vállalkozása nyújtja, úgy az a jövedelem, amelyet ezeknek a szolgáltatásoknak a nyújtásáért egy ilyen vállalkozás élvez, tekintet nélkül az Egyezmény bármely más rendelkezésére, az először említett Államban adóztatható.

3. Tekintet nélkül az e Cikk 1. és 2. bekezdéseinek rendelkezéseire, az e Cikkben említett jövedelem mentes abban a Szerződő Államban az adó alól, amelyben az előadóművész vagy a sportoló tevékenységét kifejti, feltéve, hogy ezt a tevékenységet a Szerződő Államok közötti kulturális egyezmény vagy megállapodás alapján gyakorolják.

18. Cikk

Nyugdíjak és járadékok

1. A 19. Cikk 2. és 3. bekezdésében foglalt rendelkezések fenntartásával a nyugdíj és más hasonló térítés, amely nem haladja meg egy naptári évben a 3.000 US dollárral egyenértékű összeget és az a járadék, amely nem haladja meg egy naptári évben a 3.000 US dollár összeget és amelyet az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személynek fizetnek, csak ebben az Államban adóztatható.

A nyugdíjaknak és a járadékoknak az az összege, amely a fent említett korlátot meghaladja, mindkét Szerződő Államban megadóztatható.

2. Az e Cikkben használt

a/ "nyugdíj és más hasonló térítés" kifejezés olyan időszakonkénti fizetéseket jelent, amelyeket korábbi alkalmazásra tekintettel, vagy korábbi alkalmazással kapcsolatban elszenvedett balesetek kártérítéseként teljesítenek;

- b/ a "járadék" kifejezés olyan meghatározott összeget jelent, amely rendszeresen, meghatározott időközökben, az élet tartama alatt, vagy megállapított, illetőleg megállapítható időszakon keresztül - kötelezettség alapján - megfelelő és teljes pénzbeli vagy pénzértékű szolgáltatásért /más mint teljesített szolgálat/ ellenszolgáltatásként fizetendő.

19. Cikk

Közszolgálati fizetés

1. A nyugdíjat magában nem foglaló térítés, amelyet az egyik Szerződő Állam vagy annak politikai egysége vagy helyi hatósága fizet egy természetes személynek az ezen Államnak, vagy politikai egységnek, vagy helyi hatóságnak teljesített szolgálatért, csak ebben az Államban adóztatható.

Mindazonáltal ez a térítés csak abban a Szerződő Államban adóztatható, amelyben a kedvezményezett illetőséggel bír, ha a szolgálatot abban az Államban teljesítették és a térítés kedvezményezettje abban az Államban illetőséggel bíró személy, aki

- a/ annak az Államnak az állampolgára, vagy
b/ nem kizárólag a szolgálat teljesítése céljából vált abban az Államban illetőséggel bíró személlyé.

2. A nyugdíj, amelyet az egyik Szerződő Állam vagy annak politikai egysége vagy helyi hatósága fizet közvetlenül vagy az általa létesített alapból egy természetes személynek az ezen Államnak vagy politikai egységnek vagy helyi hatóságnak teljesített szolgálatért, csak abban az Államban adóztatható.

Mindazonáltal ez a nyugdíj csak a másik Szerződő Államban adóztatható, ha a kedvezményezett annak az Államnak az állampolgára és abban az Államban bír illetőséggel.

3. Minden nyugdíj, amelyet az egyik Szerződő Állam társadalombiztosítási rendszerének keretében fizetnek a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személynek, csak az először említett Államban adóztatható.

4. A 15., 16. és 18. cikkek rendelkezései alkalmazandók az egyik Szerződő Állam vagy politikai egysége vagy helyi hatósága által végzett üzleti tevékenységgel kapcsolatos szolgálatért fizetett térítésre és nyugdíjra.

20. Cikk

Tanárok és kutatók

Az a természetes személy, aki közvetlenül az egyik Szerződő Államban tett látogatása előtt a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy volt, vagy most is az, és aki az először említett Állam meghívására, vagy ebben az először említett Államban lévő egyetem, felsőoktatási intézmény, iskola, muzeum vagy más kulturális intézmény meghívására, vagy a kulturális csere hivatalos programja keretében abban az Államban két összefüggő évet meg nem haladó időszakban tartózkodik kizárólag ilyen intézménynél tanítás, előadások tartása vagy kutatások folytatása céljából, mentes az adózás alól abban az Államban az ilyen tevékenységért járó térítés tekintetében, feltéve, hogy ezt a térítést azon az Államon kívül lévő forrásból kapja.

21. Cikk

Tanulók és gyakornokok

1. Az a természetes személy, aki közvetlenül az egyik Szerződő Államban tett látogatása előtt a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy volt, vagy most is az, és aki az először említett Államban kizárólag

- a/ mint abban az először említett Államban lévő egyetem, egyetemi kollégium vagy iskola tanulója, vagy
- b/ mint olyan adomány, ellátmány vagy jutalom kedvezményezettje, amely elsősorban tanulmány vagy kutatás céljából valamely vallási, jótékonyági, tudományos vagy oktatási szervezettől származik, vagy
- c/ mint a másik Szerződő Állam Kormánya által kezdeményezett műszaki együttműködési program tagja

tartózkodik, mentes az adózás alól abban az először említett Államban az olyan átutalások tekintetében, amelyeket külföldről fenntartására, tanulmányaira vagy szakmai képzésére kap.

2. Az a természetes személy, aki közvetlenül az egyik Szerződő Államban tett látogatása előtt a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy volt vagy most is az, és aki az először említett Államban kizárólag tanulmányának vagy szakmai képzésének céljából tartózkodik, két összefüggő évet meg nem haladó időszakban mentes az adózás alól az először említett Államban az ott végzett nem önálló munkáért kapott olyan térítések tekintetében, amelyek fenntartásához, tanulmányaihoz vagy szakmai képzéséhez szükségesek.

22. Cikk

Egyéb jövedelem

Az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személynek a másik Szerződő Államban keletkező és az Egyezmény előző cikkeiben nem tárgyalt jövedelme ebben a másik Államban adóztatható.

23. Cikk

A kettős adóztatás elkerülésének módszerei

A kettős adóztatást a következőképpen kell elkerülni:

a/ Braziliában:

1. Ha egy Braziliában illetőséggel bíró személy olyan jövedelmet élvez, amely az Egyezmény rendelkezései értelmében a Magyar Népköztársaságban adóztatható, úgy Brazília levonja ennek a személynek a jövedelme után beszedendő adóból azt az összeget, amely megfelel a Magyar Népköztársaságban fizetett jövedelemadónak.

A levonás azonban nem haladhatja meg a levonás előtt megállapított jövedelemadónak azt a részét, amely a Magyar Népköztársaságban megadóztatható jövedelemre esik.

b/ A Magyar Népköztársaságban:

1. Amennyiben a Magyar Népköztársaságban illetőséggel bíró sze-

mély a 2. és 3. alpontban nem említett olyan jövedelmet élvez, amely az Egyezmény rendelkezései szerint Braziliában adóztatható, úgy az először említett Állam ezt a jövedelmet kiveszi az adóztatás alól.

2. Amennyiben a Magyar Népköztársaságban illetőséggel bíró személy olyan osztalékot, kamatot és licencdíjat élvez, amely a 10. Cikk 2. bekezdés, a 11. Cikk és a 12. Cikk rendelkezései szerint Braziliában adóztatható, úgy a Magyar Népköztársaság levonja ennek a személynek a jövedelme után beszedendő adóból azt az összeget, amely megfelel az ilyen jövedelem után Braziliában fizetett adónak.

E levonás szempontjából a brazil adó mindig úgy tekintendő, mint amit 25 százalékos adókulccsal fizettek.

Az ilyen levonás azonban nem haladhatja meg a levonás előtt megállapított adónak azt a részét, amely a Braziliából élvezett jövedelemnek tudható be.

3. Amennyiben az általános brazil társasági adót olyan nyereség után, amelyből az osztalékot fizetik, csökkentik vagy megszüntetik, úgy a Magyar Népköztársaság további levonást eszközöl a magyar adóból olyan összeg erejéig, amely megfelel annak a brazil társasági adónak, amelyet megfizettek volna, ha ezt a brazil adót nem csökkentenék, vagy nem szüntetnék meg, az osztalék után járó brazil adó figyelembevételével.
4. Amennyiben az Egyezmény bármely rendelkezése szerint valamely, a Magyar Népköztársaságban illetőséggel bíró személy által élvezett jövedelem ki van véve az adóztatás alól a Magyar Népköztársaságban, a Magyar Népköztársaság mindazonáltal ennek a személynek a többi jövedelmére történő adómegállapításnál figyelembe veheti a kivett jövedelmet.

24. Cikk

Egyenlő elbánás

1. Az egyik Szerződő Állam állampolgárai a másik Szerződő Államban nem vethetők sem olyan adóztatás, sem pedig azzal összefüggő olyan

kötelezettség alá, amely más vagy terhesebb, mint az az adóztatás és azzal összefüggő kötelezettség, amelynek e másik Állam állampolgárai azonos körülmények között alá vannak vagy alá lehetnek vetve.

2. Az egyik Szerződő Állam vállalkozásának a másik Szerződő Államban lévő telephelyét ebben a másik Államban nem lehet kedvezőtlenebbül adóztatni, mint ennek a másik Államnak azonos tevékenységet folytató vállalkozásait. Ez a rendelkezés nem értelmezendő akként, mintha az egyik Szerződő Államot arra kötelezné, hogy a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró személyeknek személyi állapot vagy családi terhek alapján olyan egyéni levonásokat, adókedvezményeket és adómérsékléseket nyújtson, amelyeket a saját területén illetőséggel bíró személyeknek nyújt.

3. Az egyik Szerződő Állam vállalkozásai, amelyeknek tőkéje teljesen vagy részben, közvetlenül vagy közvetve a másik Szerződő Államban illetőséggel bíró egy vagy több személy tulajdonában vagy ellenőrzése alatt van, az először említett Államban nem vethetők sem olyan adóztatás, sem pedig azzal összefüggő olyan kötelezettség alá, amely terhesebb, mint az az adóztatás és azzal összefüggő kötelezettség, amelynek az először említett Állam más hasonló vállalkozásai, amelyeknek tőkéje teljesen vagy részben, közvetlenül vagy közvetve egy harmadik Államban illetőséggel bíró egy vagy több személy tulajdonában vagy ellenőrzése alatt van, alá vannak, vagy alá lehetnek vetve.

4. Ebben a Cikkben az "adózás" kifejezés az ezen Egyezmény tárgyát képező adókat jelenti.

25. Cikk

Egyeztető eljárás

1. Ha az egyik Szerződő Államban illetőséggel bíró személy véleménye szerint az egyik Szerződő Állam vagy mindkét Szerződő Állam intézkedései ránézve olyan adóztatáshoz vezetnek vagy fognak vezetni, amely nem felel meg az Egyezménynek, úgy ezeknek az Államoknak a belső jogszabályai szerinti jogorvoslattól függetlenül, ügyét előterjesztheti annak a Szerződő Államnak az illetékes hatóságához, amelyben illetőséggel bír.

2. Ha az illetékes hatóság a kifogást jogosnak találja és maga nincs abban a helyzetben, hogy megfelelő megoldást találjon, úgy törekedni fog az ügyet a másik Szerződő Állam illetékes hatóságával egyetértésben úgy rendezni, hogy az Egyezménynek meg nem felelő adóztatás elkerülhető legyen.

3. A Szerződő Államok illetékes hatóságai törekedni fognak arra, hogy a nehézségeket vagy kétségeket, amelyek az Egyezmény értelmezésénél vagy alkalmazásánál felmerülnek, egymással egyetértésben eloszlassák.

4. A Szerződő Államok illetékes hatóságai az előző bekezdések értelmében létrehozandó egyetértés elérése céljából egymással közvetlenül érintkezhetnek.

26. Cikk

Tájékoztatáscsere

1. A Szerződő Államok illetékes hatóságai ki fogják cserélni az Egyezmény végrehajtásához szükséges tájékoztatásokat. Az így kicserélt tájékoztatásokat titokban kell tartani és csak olyan személyeknek, hatóságoknak vagy bíróságoknak lehet hozzáférhetővé tenni, amelyek az Egyezmény alá eső adók kivetésével vagy beszedésével, vagy azzal kapcsolatban a jogsértések üldözésének jogorvoslati szakaszában határozathozatallal foglalkoznak.

2. Az 1. bekezdés rendelkezései semmi esetre sem értelmezhetők úgy, mintha azok az egyik Szerződő Államot köteleznék:

- a/ olyan államigazgatási intézkedések hozatalára, amelyek ennek vagy a másik Szerződő Államnak a jogszabályaitól és államigazgatási gyakorlatától eltérnek;
- b/ olyan tájékoztatás adására, amely az ennek vagy a másik Szerződő Államnak a jogszabályai szerint vagy rendes államigazgatási gyakorlatában nem szerezhetők be;
- c/ olyan tájékoztatás adására, amely szakmai, üzleti, ipari, kereskedelmi vagy foglalkozási titkot vagy üzleti eljárást tárna fel, vagy amelynek a közlése ellentmondana a közrendnek /ordre public/.

27. Cikk

Diplomáciai képviselők és konzuli tisztségviselők

Az Egyezmény nem érinti a diplomáciai képviselők vagy konzuli tisztségviselők adózási kiváltságait, amelyek a nemzetközi jog általános szabályai szerint vagy külön egyezmények rendelkezései alapján őket megilletik.

28. Cikk

Hatálybalépés

1. A Szerződő Államok értesítik egymást arról, hogy az Egyezmény hatálybalépéséhez szükséges alkotmányos követelményeknek eleget tettek.

2. Az Egyezmény az 1. bekezdésben említett értesítések közül a későbbinek a keltekor lép hatályba és rendelkezései alkalmazandók:

- a/ a forrásnál levont adók tekintetében olyan jövedelemre, amely az e Cikk 1. bekezdésében említett értesítések közül a későbbi értesítés adásának évét közvetlenül követő naptári évben január 1-én vagy az után és a rákövetkező években keletkezett;
- b/ az egyéb adók tekintetében az e Cikk 1. bekezdésében említett értesítések közül a későbbi értesítés adásának évét közvetlenül követő naptári év január 1. napján vagy az után kezdődő adózási időszakokra.

29. Cikk

Hatályvesztés

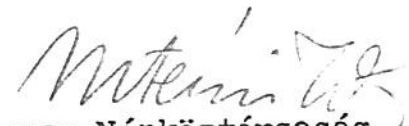
Az Egyezményt bármelyik Szerződő Állam felmondhatja az Egyezmény hatálybalépésének keltétől számított három éves időszak után úgy, hogy a felmondásról írásbeli értesítést ad a másik Szerződő Államnak diplomáciai úton, feltéve, hogy ezt az értesítést bármely naptári év június 30. napján vagy azt megelőzően adják.

Ebben az esetben az Egyezmény utoljára nyer alkalmazást:

- a/ a forrásnál levont adók tekintetében olyan összegekre, amelyek a felmondásról szóló értesítés átadása naptári évének lejártá előtt keletkeztek;
- b/ az Egyezmény alá tartozó egyéb adók tekintetében a felmondásról szóló értesítés átadása naptári évében kezdődő adózási időszakban kapott összegekre.

Készült-en, 19.....napján,
két eredeti példányban, mindegyik portugál, magyar és angol nyelven, mindhárom szöveg hiteles. A portugál és a magyar szöveg eltérő értelmezése esetén az angol szöveg irányadó.


A Brazil Szövetségi Köztársaság
Kormánya nevében:
Celso Diniz


A Magyar Népköztársaság
Kormánya nevében:
Istvan Hetenyi

J E G Y Z Ő K Ö N Y V

A kettős adóztatás elkerülésére és az adóztatás kijátszásának megakadályozására a jövedelemadók területén a Brazil Szövetségi Köztársaság Kormánya és a Magyar Népköztársaság Kormánya közötti Egyezmény aláírásával egyidejűleg a kellő felhatalmazással rendelkező alulírottak megállapodtak a következő rendelkezésekben, amelyek az Egyezmény szerves részét alkotják.

1. A 2. Cikk 1. a/ bekezdésére való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy a jövedelem pótdó nem alkalmazandó az olyan felosztott nyereségre és osztalékra, amely nem haladja meg a Brazil Központi Banknál bejegyzett tőke 12 százalékát.

2. A 7. Cikk 1. bekezdésére való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy amennyiben az építési kivitelezés vagy szerelés telephelyet képez, csak azok a nyereségek tudhatók be ennek a telephelynek, amelyek az építési kivitelezés vagy szerelés tevékenységéből származnak.

3. A 7. Cikk 3. bekezdésére való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy a 7. Cikk 3. bekezdésének rendelkezései úgy értelmezendők, hogy a telephely miatt felmerült költségek, beleértve az üzletvezetési és általános ügyviteli költségeket, levonhatók, akár abban az Államban merültek fel, ahol a telephely van, akár másutt.

4. A 10. Cikk 3. bekezdésére való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy Brazília esetében az "osztalék" kifejezés

magában foglal bármely felosztást a Braziliában illetőséggel bíró beruházási-tröszt bizonylatai tekintetében.

5. A 11. Cikkre való hivatkozás sal

Megállapítást nyert, hogy a késedelmes fizetés miatti pótlékok a 11. Cikk szempontjából nem tekintendők kamatnak.

6. A 12. Cikk 3. bekezdésére való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy a 12. Cikk 3. bekezdésének rendelkezései bármilyen jellegű térítésre alkalmazást nyernek, amelyet műszaki segítségért és műszaki szolgáltatásokért kapnak.

7. A 14. Cikkre való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy a 14. Cikk rendelkezései valamely magánjogi társaság /"Sociedade Civil"/ által kifejtett tevékenységre is alkalmazandók.

8. A 16. Cikkre való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy az "egy társaság bármilyen tanácsa" kifejezés magában foglalja Brazília esetében az igazgatási tanácsot, az adóügyi tanácsot és a konzultatív tanácsot, a Magyar Népköztársaság esetében a felügyelő bizottságot.

9. A 18. Cikk 1. bekezdésére való hivatkozással

Az Egyezmény rendelkezéseinek hatálybalépése utáni minden öt évben az illetékes hatóságok felülvizsgálhatják a 18. Cikk 1. bekezdésében említett összegeket.

10. A 23. Cikk b/ pontjára való hivatkozással

Megállapítást nyert, hogy a Magyar Népköztársaságban történő adóz-
tatás szempontjából a Braziliából élvezett osztalékok összege semmi-
képpen sem tekinthető magasabbnak, mint az olyan osztalékok bruttó
összege, amelyek Braziliában a 10. Cikk 2. bekezdése értelmében
adóztathatók.

11. A 24. Cikk 2. bekezdésére való hivatkozással

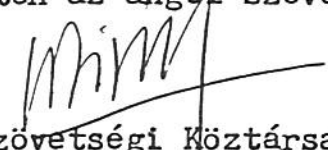
Megállapítást nyert, hogy a 10. Cikk 5. bekezdésének rendelkezései
nem állnak ellentétben a 24. Cikk 2. bekezdésének rendelkezéseivel.

12. A 24. Cikk 3. bekezdésére való hivatkozással

Ha Brazília engedélyezné a 12. Cikk 3. bekezdésében meghatározott o-
lyan licencdíj levonását, amelyet Braziliában illetőséggel bíró vál-
lalkozás fizet egy olyan vállalkozásnak, amely egy nem Latin-Ameri-
kában fekvő harmadik Államban bir illetőséggel és amely legalább 50
százalékban tulajdonosa a Braziliában illetőséggel bíró vállalkozás
tőkéjének, ezen vállalkozás adóztatható nyereségének megállapításakor,
ugy automatikusan azonos levonás lesz alkalmazható hasonló feltételek
mellett egy olyan vállalkozás részére, amely Braziliában illetőséggel
bir és licencdíjat fizet egy olyan vállalkozásnak, amely a Magyar Nép-
köztársaságban bir illetőséggel.

Megállapítást nyert, hogy a braziliai jogszabályok jelenlegi rendel-
kezése a licencdíj fent jelzett le nem vonhatóságát illetően nem áll
ellentétben az Egyezmény 24. Cikkének 3. bekezdésével.

Készült-en, 19.....napján,
két eredeti példányban, mindegyik portugál, magyar és angol nyelven,
mindhárom szöveg hiteles. A portugál és a magyar szöveg eltérő értel-
mezése esetén az angol szöveg irányadó.


A Brazil Szövetségi Köztársaság
Kormánya nevében:
Celso Diniz


A Magyar Népköztársaság
Kormánya nevében:
Istvan Hetenyi

17-20

CONVENTION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
AND THE GOVERNMENT OF THE HUNGARIAN PEOPLE'S REPUBLIC FOR THE
AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL
EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME

The Government of the Federative Republic of Brazil
and

The Government of the Hungarian People's Republic,

Desiring to conclude a Convention for the Avoidance of Double
Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with Respect to Taxes
on Income,

And to further develop and facilitate their economic rela-
tionship,

Have agreed as follows:

ARTICLE I

Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of
one or both of the Contracting States.

ARTICLE II

Taxes covered

1. The taxes to which the Convention shall apply are:

a/ in the case of Brazil:

- the federal income tax, excluding the supplementary
income tax and the tax on activities of minor
importance;
/hereinafter referred to as "Brazilian tax"/;

b/ in the case of the Hungarian People's Republic:

- i/ the income taxes;

- ii) the profit taxes;
- iii) the special corporation tax;
- iv) the contribution to communal development of the population imposed in respect of income taxes;
- v) the town and community contribution;
- vi) the levy on dividends and profit distributions of commercial companies;
(hereinafter referred to as "Hungarian tax").

2. The Convention shall also apply to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the above-mentioned taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

ARTICLE III

General definitions

1. In this Convention, unless the context otherwise requires:
 - a) the term "Brazil" means the territory of the Federative Republic of Brazil, that is, the continental and insular earth and its corresponding air space, as well as the territorial sea and its corresponding seabed and subsoil including the air space above the territorial sea, within which, in accordance with international law and the Brazilian laws, the rights of Brazil may be exercised;
 - b) the term "Hungarian People's Republic" when used in a geographical sense means the territory of the Hungarian People's Republic;
 - c) the term "nationals" means:
 - I - all individuals possessing the nationality of a Contracting State;
 - II - all legal persons, partnerships and associations deriving their status as such from the law in force in a Contracting State;

- d) the terms "a Contracting State" and "the other Contracting State" mean Brazil or the Hungarian People's Republic as the context requires;
- e) the term "person" comprises an individual, a company and any other body of persons;
- f) the term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- g) the terms "enterprises of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- h) the term "international traffic" means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;
- i) the term "competent authority" means:
 - I - in the case of Brazil: the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorized representatives;
 - II - in the case of the Hungarian People's Republic, the Minister of Finance, or his authorized representative.

2. As regards the application of this Convention by a Contracting State any term not otherwise defined shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has under the laws of that Contracting State relating to the taxes which are the subject of this Convention.

ARTICLE IV Fiscal domicile

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to taxation therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature.

2. Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then this case shall be determined as follows:

- a) he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both Contracting States he shall be deemed to be a resident of the Contracting State with which his family and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) If the Contracting State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either Contracting State, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both Contracting States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State of which he is a national;
- d) If he is a national of both Contracting States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which its place of effective management is situated.

ARTICLE V

Permanent establishment

1. For the purposes of this Convention, the term "permanent establishment" means a fixed place of business in which the business of the enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term "permanent establishment" shall include especially:

- a) a place of management;
- b) a branch;
- c) an office;

d) a factory;

e) a workshop;

f) a mine, quarry or other place of extraction of natural resources;

g) a building site or construction or installation or assembly project, which exists for more than six months.

3. The term "permanent establishment" shall not be deemed to include:

a) the use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;

b) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;

c) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;

d) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;

e) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of advertising, for the supply of information, for scientific research or for similar activities which have a preparatory or auxiliary character, for the enterprise.

4. A person acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State - other than an agent of independent status to whom paragraph 5 applies - shall be deemed to be a permanent establishment in the first-mentioned State if he has, and habitually exercises in that State, an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, unless his activities are limited to the purchase of goods or merchandise for the enterprise.

5. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker,

general commission agent or any other agent of independent status, where such persons are acting in the ordinary course of their business.

6. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

ARTICLE VI

Income from immovable property

1. Income from immovable property including income from agriculture or forestry may be taxed in the Contracting State in which such property is situated.

2. a) Subject to the provisions of sub-paragraphs b) and c) the term "immovable property" shall be defined in accordance with the law of the Contracting State in which the property in question is situated;

b) the term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources;

c) ships and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

ARTICLE VII

Business profits

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In the determination of the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions, expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment including executive and general administrative expenses so incurred.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other Articles of this Convention, then the provisions of those Articles shall not be affected by the provisions of this Article.

ARTICLE VIII

Shipping and air transport

1. Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2. If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3. The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

ARTICLE IX Associated enterprise

Where

- a) an enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or
- b) the same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

ARTICLE X Dividends

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the dividends the tax so charged shall not exceed

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The term "dividends" as used in this Article means income from shares, "jouissance" shares or "jouissance" rights, mining shares, founders' shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights assimilated to income from shares by the taxation law of the State of which the company making the distribution is a resident.

4. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State, of which the company paying the dividends is a resident, a permanent establishment with which the holding by virtue of which the dividends are paid is effectively connected. In such case the provisions of Article VII shall apply.

5. Where a resident of the Hungarian People's Republic has a permanent establishment in Brazil, this permanent establishment may be subject to a tax withheld at source in accordance with Brazilian law. However, such a tax cannot exceed 15 per cent of the gross amount of the profits of that permanent establishment determined after the payment of the corporate tax related to such profits.

6. Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

7. The tax rate limitations provided for in paragraphs 2 and 5 shall not apply to dividends or profits paid or remitted before the expiration of the third calendar year following the year in which the Convention enters into force.

ARTICLE XI

Interest

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a

resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the interest the tax so charged shall not exceed:

a) 10 per cent in respect of interest from loans and credits granted by a bank for a period of at least 8 years in connection with the selling of industrial equipment or with the study, the installation or the furnishing of industrial or scientific units, as well as with public works;

b) 15 per cent of the gross amount of interest in all other cases.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, interest arising in a Contracting State and derived:

a) by the Government of the other Contracting State including local authorities thereof;

b) by the Central Bank of that other Contracting State; or

c) by any financial institution wholly owned by that Government

shall be exempt from tax in the first-mentioned Contracting State.

4. The term "interest" as used in this Article means income from government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind as well as other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the Contracting State in which the income arises.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State in which the interest arises a permanent establishment with which the debt-claim from which the interest arises is effectively connected. In such case the provisions of Article VII shall apply.

6. The limitation established in paragraph 2 shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State which is situated in a third State.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that Contracting State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

8. Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

ARTICLE XII

Royalties

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the law of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties, the tax so charged shall not exceed:

- a) 25 percent of the gross amount of royalties arising from the use or the right to use trade marks;
- b) 15 percent of the gross amount of royalties in all other cases.

3. The term "royalties" as used in this Article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work (including cinematograph films, films or tapes for television or radio broadcasting), any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial, or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by such permanent establishment or fixed base then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, has in the other Contracting State in which the royalties arise a permanent establishment with which the right or property giving rise to the royalties is effectively connected. In such case the provisions of Article VII shall apply.

6. Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, the right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

7. The tax rate limitation referred to in paragraph 2 b) of this Article shall not apply to royalties paid before the end of the fifth calendar year following the calendar year in which this Convention enters into force where such royalties are paid to a resident of a Contracting State which holds, directly or indirectly, at least 50 percent of the voting capital of the company paying the royalties.

ARTICLE XIII

Capital gains

1. Gains from the alienation of immovable property, as defined in paragraph 2 of Article VI, may be taxed in the Contracting State in which the immovable property is situated.
2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in the other State. However, gains from the alienation of ships and aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships and aircraft, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.
3. Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1 and 2, may be taxed in both Contracting States.

ARTICLE XIV

Independent personal services

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other independent activities of a similar nature shall be taxable only in that State, unless the payment of such services or activities is borne by a permanent establishment situated in the other Contracting State or a company resident therein. In such case, the income may be taxed in that other State.
2. The term "professional services" includes, especially, independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

ARTICLE XV

Dependent personal services

1. Subject to the provisions of Articles XVI, XVIII, XIX, XX and XXI, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) the recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in the fiscal year concerned, and
- b) the remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) the remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic, may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

ARTICLE XVI

Directors' fees

Directors' fees and similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or of any council of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

ARTICLE XVII

Artistes and athletes

1. Notwithstanding the provisions of Articles XIV and XV, income derived by public entertainers, such as theatre, motion

picture, radio or television artistes, and musicians, and by athletes, from their personal activities as such may be taxed in the Contracting State in which these activities are exercised.

2. Where the services mentioned in paragraph 1 of this Article are provided in a Contracting State by an enterprise of the other Contracting State, then the income derived from providing those services by such an enterprise may, notwithstanding any other provision of this Convention, be taxed in the first-mentioned State.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this Article income mentioned in this Article shall be exempt from tax in the Contracting State in which the activity of the entertainer or athlete is exercised provided that this activity is exercised under a cultural agreement or arrangement between the Contracting States.

ARTICLE XVIII

Pensions and annuities

1. Subject to the provisions of paragraphs 2 and 3 of Article XIX, pensions and other similar remuneration not exceeding an amount equivalent to US\$ 3,000 in a calendar year and annuities not exceeding US\$ 3,000 in a calendar year paid to a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State.

The amount of pensions or annuities which exceeds the above mentioned limit may be taxed in both Contracting States.

2. As used in this Article:

a) the term "pensions and other similar remuneration" means periodic payments made in consideration of past employment or by way of compensation for injuries suffered, in connection with past employment;

b) the term "annuity" means a stated sum payable periodically at stated times during life, or during a specified or ascertainable period of time, under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money or money's worth (other than services rendered).

ARTICLE XIX

Governmental payments

1. Remuneration, not including pensions, paid by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

However, such remuneration shall be taxable only in the Contracting State of which the recipient is a resident if the services are rendered in that State and the recipient of the remuneration is a resident of that State who:

a) is a national of that State, or

b) did not become a resident of that State solely for the purpose of performing the services.

2. Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

However, such pensions shall be taxable only in the other Contracting State if the recipient is a national of, and a resident of, that State.

3. Any pension paid out under the social security scheme of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State.

4. The provisions of Articles XV, XVI and XVIII shall apply to remuneration and pensions paid in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof.

ARTICLE XX

Teachers and researchers

An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who, at the invitation of the first-mentioned State or of a university, college, school, museum or other cultural institution in that first-mentioned State or under an official programme of cultural

exchange, is present in that State for a period not exceeding two consecutive years solely for the purpose of teaching, giving lectures or carrying out research at such institution shall be exempt from tax in that State on his remuneration for such activity, provided that the payment of such remuneration is derived by him from outside that State.

ARTICLE XXI

Students and business apprentices

1. An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely:

- a) as a student at a university, college or school in that first-mentioned State, or
- b) as a recipient of a grant, allowance or award for the primary purpose of study or research from a religious, charitable, scientific or educational organisation, or
- c) as a member of a technical cooperation programme entered into by the Government of the other Contracting State,

shall be exempt from tax in that first-mentioned State in respect of remittances from abroad for the purpose of his maintenance, education or training.

2. An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training shall be exempt from tax in the first-mentioned State for a period not exceeding two consecutive years in respect of remuneration from employment in that State necessary for his maintenance, education or training.

ARTICLE XXII

Other income

Items of income of a resident of a Contracting State, arising in the other Contracting State and not dealt with in the foregoing Articles of this Convention, may be taxed in that other State.

ARTICLE XXIII

Methods for the elimination of double taxation

The double taxation shall be eliminated as follows:

a/ In Brazil:

1. Where a resident of Brazil derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in the Hungarian People's Republic, Brazil shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident, an amount equal to the income tax paid in the Hungarian People's Republic.

The deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income which may be taxed in the Hungarian People's Republic.

b/ In the Hungarian People's Republic:

1. Where a resident of the Hungarian People's Republic derives income not mentioned in sub-paragraphs 2 and 3 which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Brazil, the first-mentioned State shall exempt such income from tax.

2. Where a resident of the Hungarian People's Republic derives dividends, interest and royalties which in accordance with the provisions of Article X, paragraph 2, Article XI and Article XII may be taxed in Brazil, the Hungarian People's Republic shall allow as deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to tax paid on such income in Brazil.

For this deduction, Brazilian tax shall always be considered as having been paid at the rate of 25 per cent.

Such deduction shall not, however, exceed that part of the tax, as computed before the deduction is given, which is attributable to the income derived from Brazil.

3. Where the general Brazilian corporate tax on profits out of which the dividends are paid is reduced or eliminated, the Hungarian People's Republic shall allow as a further deduction from the Hungarian tax an amount corresponding to the Brazilian corporate tax which would have been paid if such Brazilian tax had not been reduced or

4. Where in accordance with any provision of this Convention income derived by a resident of the Hungarian People's Republic is exempt from tax in the Hungarian People's Republic, the Hungarian People's Republic may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income.

ARTICLE XXIV

Non-discrimination

1. The nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of a third State, are or may be subjected.

4. In this Article, the term "taxation" means taxes which are the subject of this Convention.

ARTICLE XXV

Mutual agreement procedure

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result

for him in taxation not in accordance with this Convention, he may, notwithstanding the remedies provided by the national laws of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at an appropriate solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation not in accordance with the Convention.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of this Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purposes of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

ARTICLE XXVI

Exchange of information

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for the carrying out of this Convention. Any information so exchanged shall be treated as secret and shall not be disclosed to any persons, authorities or courts other than those concerned with the assessment or collection of the taxes which are the subject of this Convention or the determination of appeals of the prosecution of offences in relation thereto.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on one of the Contracting States the obligation:

- a) to carry out administrative measures at variance with the laws and the administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) to supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

ARTICLE XXVII

Diplomatic agents and consular officers

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of diplomatic agents or consular officers under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

ARTICLE XXVIII

Entry into force

1. The Contracting States shall notify to each other that the constitutional requirements for the entry into force of this Convention have been complied with.

2. This Convention shall enter into force on the date of the latter of the notifications referred to in paragraph 1 and its provisions shall apply:

- a) in respect of taxes withheld at source to amounts of income derived on or after the first day of January in the calendar year immediately following the year in which the latter of the notifications referred to in paragraph 1 of this Article is given and subsequent years;
- b) in respect of other taxes to taxable periods beginning on or after the first day of January of the calendar year immediately following that in which the latter of the notifications referred to in paragraph 1 of this Article is given.

ARTICLE XXIX

Termination

Either Contracting State may terminate this Convention after a period of three years from the date on which the Convention enters into force by giving to the other Contracting State, through diplomatic channels, a written notice of termination, provided that any such notice shall be given only on or before the thirtieth day of June in any calendar year.

In such case the Convention shall apply for the last time:

- a) in respect of taxes withheld at source, to amounts derived before the expiration of the calendar year in which the notice of termination is given;
- b) in respect of other taxes covered by the Convention, to amounts received during the taxable period beginning in the calendar year in which the notice of termination is given.

Done at Budapest, this 20th day of June, 1986, in two originals, each in the Portuguese, Hungarian and English languages, all three texts being authentic. In case of divergent interpretations of the Portuguese and Hungarian texts the English text shall prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL:
Celso Diniz



FOR THE GOVERNMENT OF THE
HUNGARIAN PEOPLE'S
REPUBLIC:
Istvan Hetenyi

P R O T O C O L

At the moment of the signature of the Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Hungarian People's Republic, the undersigned, being duly authorized thereto, have agreed upon the following provisions which constitute an integral part of the present Convention.

1. With reference to Article II, paragraph 1 a)

It is understood that the supplementary income tax shall not apply to distributed profits and dividends which do not exceed 12 per cent of the capital registered with the Central Bank of Brazil.

2. With reference to Article VII, paragraph 1

It is understood that where a building site or construction or installation or assembly project constitutes a permanent establishment, only those profits can be attributed to that permanent establishment which derive from the activity of the building site or construction or installation or assembly project.

3. With reference to Article VII, paragraph 3

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article VII shall be construed to mean that expenses incurred for the purpose of the permanent establishment including those for executive and general administrative expenses shall be allowed as a deduction whether incurred in the State where the permanent establishment is situated or elsewhere.

4. With reference to Article X, paragraph 3

It is understood that in the case of Brazil the term "dividends" also includes any distribution in respect of certificates of an investment-trust which is a resident of Brazil.

5. With reference to Article XI

It is understood that penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of Article XI.

6. With reference to Article XII, paragraph 3

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article XII shall apply to payments of any kind received as a consideration for the rendering of technical assistance and technical services.

7. With reference to Article XIV

It is understood that the provisions of Article XIV shall apply even if the activities are exercised by a Civil Company ("Sociedade Civil").

8. With reference to Article XVI

It is understood that the term "any council of a company" includes in the case of Brazil the administrative council the fiscal council and the consulting council, and in the case of the Hungarian People's Republic the supervisory board.

9. With reference to Article XVIII, paragraph 1

Every five years after the date in which the provisions of the Convention entered into force, the competent authorities may revise the amounts referred to in paragraph 1 of Article XVIII.

10. With reference to Article XXIII, paragraph b)

It is understood that for the purposes of taxation in the Hungarian People's Republic, the amount of dividends derived from Brazil shall not in any event be considered as being higher than the gross amount of such dividends which may be taxed in Brazil in accordance with Article X, paragraph 2.

11. With reference to Article XXIV, paragraph 2

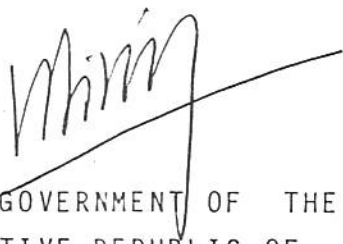
It is understood that the provisions of paragraph 5 of Article X are not in conflict with the provisions of paragraph of Article XXIV.

12. With reference to Article XXIV, paragraph 3

In the event that Brazil would allow that royalties, as defined in paragraph 3 of Article XII, paid by an enterprise which is a resident of Brazil to an enterprise which is a resident of a third State not located in Latin-America, and which holds at least 50 per cent of the capital of the enterprise which is a resident of Brazil, be deductible at the moment of the determination of the taxable profits of this enterprise, an equal deduction will be automatically applicable under similar conditions, to an enterprise which is a resident of Brazil paying royalties to an enterprise which is a resident of the Hungarian People's Republic.

It is understood that the present disposition of the Brazilian law regarding the non-deductibility of royalties as indicated above are not conflictant with paragraph 3 of Article XXIV of the Convention.

Done at Budapest, this 20th day of June, 1986, in two originals, each in the Portuguese, Hungarian and English languages, all three texts being authentic. In case of divergent interpretations of the Portuguese and Hungarian texts the English text shall prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL:
Celso Diniz



FOR THE GOVERNMENT OF THE
HUNGARIAN PEOPLE'S
REPUBLIC:
Istvan Hetenyi